



PROGRAMA NOVOS RUMOS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

O Programa Novos Rumos, vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, é o gerenciador de ações em favor da humanização da pena, da inclusão e da justiça social. Para tanto, busca muitas parcerias a fim de tornar efetivo o esforço do Judiciário Mineiro.

Instituído pela Resolução 633/2010, é integrado:

- I - por programa destinado a disseminar a metodologia APAC, visando a sua implantação em todas as comarcas do Estado;
- II - pelo Programa de Atenção ao Paciente Judiciário, PAI-PJ;
- III - pelas atividades do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, previsto no art. 5º da Resolução nº 96/2009, do CNJ, instituído no âmbito do Tribunal de Justiça por meio da Portaria-Conjunta nº 170/2010.

Dessa forma, o Programa Novos Rumos do TJMG possui três objetivos: apoio ao sistema prisional alternativo APAC, monitorar o sistema prisional comum e coordenação do programa PAI-PJ.

As ações do Programa Novos Rumos norteiam-se no Planejamento Estratégico do TJMG, portanto, visam cumprir as metas do Macrodesafio 07 – aprimoramento da gestão da justiça Criminal, cuja finalidade é “Adotar medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema prisional, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciárias e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende-se reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social”.

Execução Penal Humanizada



As unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) mereceram atenção especial em 2018. A metodologia apaquiana vem sendo disseminada para as comarcas mineiras desde 2001, por meio do programa Novos Rumos.

Humanizar o cumprimento das penas privativas de liberdade, em uma aposta na recuperação do ser humano que cometeu um crime, é o objetivo central da Apac. Doze elementos sustentam a metodologia, entre eles a participação da comunidade, o trabalho, a assistência jurídica, a valorização humana, a família.

Em agosto, comitiva italiana liderada pelo juiz de Execução Penal do Tribunal de Milão, Simone Luerti, visitou o TJMG e a Apac de Itaúna. O magistrado veio a Minas depois de tomar conhecimento do projeto em um seminário realizado em Rimini e em uma exposição em Milão.

Outro momento importante para as Apacs foi a realização, em 12 e 13 de novembro, do seminário “Sistema prisional, direitos humanos e metodologia Apac: desafios e perspectivas”, no Edifício Sede do TJMG. Na mesma data, foi aberta a exposição fotográfica “Do amor ninguém foge”, com imagens do dia a dia de recuperandos.

A mostra reúne trabalhos dos fotógrafos Marina Lorusso, Antonello Veneri, Andreia Zeferino Folodor, Clayton Montless e Dirceu Saggin. Assinada pelo curador espanhol Javier Restan, juntamente, com Julian de la Morena, Fabrizio Pellicelli e Jacopo Sabatiello, a mostra passou por Itália, Espanha, Peru e Portugal.

Seminário e exposição foram promovidos pela delegação da União Europeia no Brasil, pela Avsi Brasil, pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Fbac) e pelo Instituto Minas Pela Paz. O Tribunal deu apoio às duas iniciativas.

Uma cooperação do Programa Novos Rumos com o Instituto Minas pela Paz promove eventos e atividades para divulgar a metodologia entre empresários, imprensa, formadores de opinião, líderes comunitários e estudantes e estimular parcerias que aumentem as chances de reinserção dos egressos dessas unidades na sociedade

A partir de 2018, a parceria do Minas Pela Paz com as APACs passou a denominar-se **Programa Pró-APAC** devido à ampliação da qualificação de recuperandos e à preparação para o mercado de trabalho, além do fortalecimento e expansão da metodologia apaquiana.



O TJMG, em apoio à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Fbac) e por meio do programa Novos Rumos, realizou as seguintes ações de capacitação direcionadas aos gestores das APACs:

Ação desenvolvida	Público atingido	Justificativa da ação ou projeto	Resultados obtidos
Curso para Presidentes e Gestores Imediatos das APACs	80 participantes	Macrodesafio 7 Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Capacitação de gestores das APACs para melhoria da gestão.
Curso de Capacitação para Encarregados e Inspetores de Segurança -	80 participantes	Macrodesafio 7 Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Capacitação de encarregados e inspetores de segurança para melhoria da segurança nas APACs

Mensalmente, representantes do programa Novos Rumos participaram de reuniões para tratar de assuntos voltados a políticas sobre drogas e, ainda, sobre o aprimoramento da justiça criminal:

- Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (CMPD)
- Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONEAD)
- Comitê de Política Estadual de Atenção às Mulheres em situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado – COPEAMPE-MG
- Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF)
- Acompanhamento das Atividades de Educação Básica, Educação Superior e Educação Profissional das APACs, juntamente, com representantes da Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP), Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) e Instituto Minas Pela Paz.

O TJMG promoveu, também, uma ação natalina, envolvendo as APACs. A iniciativa possibilitou o apadrinhamento dos filhos de 0 a 12 anos de recuperandos das APACs, pelos magistrados e servidores do TJ, com a distribuição de brinquedos e roupas, durante uma confraternização local com a participação da comunidade, da família forense, de recuperandos e de parentes.



**Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário
Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ)**

O PAI-PJ está estruturado em um Núcleo Supervisor na Comarca de Belo Horizonte, o qual atua no estado, e Núcleos Regionais, nas Comarcas de Belo Horizonte, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Itaúna, Barbacena, Juiz de Fora, Divinópolis (atividades suspensas no momento) e Ipatinga (atividades suspensas), que recebem supervisão e orientação metodológica do Núcleo Supervisor.

No ano de 2018, foram retomadas as atividades visando à continuidade da publicação da Revista Responsabilidades (interrompida em agosto de 2014). Em dezembro de 2018 foi publicado no site do TJMG o volume 4, número 2. Os artigos publicados na Revista Responsabilidades têm contribuído para a orientação não somente dos técnicos e estagiários que compõem as equipes dos Núcleos Regionais do PAI-PJ no estado, mas também dos parceiros da rede de saúde mental e assistência social, responsáveis pelo tratamento e inserção nas políticas públicas dos pacientes judiciários em seus territórios de origem.

Ao longo do ano de 2018, foram realizadas sessões clínicas, ateliês de construção de casos e seminários internos, que promoveram a discussão sistemática dos casos acompanhados pelo programa, além das questões jurídicas e as atinentes às políticas públicas que envolvem a seguridade social. Nos dias 1 e 2/3/2018, foi realizado o seminário “Quais fundamentos permitem pensar a responsabilidade como uma condição humana na filosofia do direito?”. Em abril, foram realizados os seminários internos “o que é Acompanhamento Terapêutico?”, “A construção de caso clínico: introdução teórica” e “A construção de caso clínico: metodologia e implicações práticas”. Em setembro, foram realizados os seminários internos “Questões jurídicas relativas ao trabalho do PAI-PJ” e “O tripé da seguridade social”.

Em dezembro de 2018, foi realizado o Seminário de Ensino do PAI-PJ, como fechamento das atividades de formação que aconteceram ao longo do ano para a equipe técnica do programa, contando com a presença de servidores, estagiários e colaboradores cedidos provenientes dos núcleos do PAI-PJ implantados no estado de Minas Gerais. Os temas do seminário de fechamento foram “Para não dizer que não falei das drogas”; “Leitura, comentários e escrita dos casos do Ateliê Clínico do PAI-PJ” e “Quando está amarrado: a clínica do PAI-PJ”. Essas atividades que aconteceram nos dias 13 e 14/12/2018 foram organizadas em parceria com a EJEJF, atendendo a necessária formação continuada para



qualificação da equipe face à atualidade dos impasses clínicos, sociais e jurídicos que atravessam a experiência do PAI-PJ.

Em dezembro de 2018, o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) possuía 915 pacientes judiciários em acompanhamento no estado de Minas Gerais.

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF)

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF), responsável pela inspeção dos estabelecimentos penais, cuida das garantias legais dos condenados e seus familiares bem como monitora o cumprimento da lei. Atua junto com o sistema de defesa social na busca de soluções para a otimização da execução das penas e medidas socioeducativas.

Em sinergia com magistrados das diversas comarcas do Estado, Corregedoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Administração Pública (Seap) e outras instituições, o GMF empreendeu ações práticas e concretas em busca da efetividade da Justiça Criminal no Estado de Minas Gerais.

Outra novidade foi a instituição da Conta Regional de Destinação de Prestações Pecuniárias, por meio da qual se tornou possível repassar valores para as localidades cujos projetos são aprovados pelo GMF do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O GMF/MG continua atuando com o objetivo de reduzir o número de presos provisórios em Minas Gerais, em relação à população carcerária total, buscando o diálogo com Juízes de Execução Penal e salientando a importância da implementação de medidas desencarceradoras.

O Programa Novos Rumos, por meio, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF) acompanha, também, as ações de qualificação e capacitação de presos e egressos do sistema prisional junto à Secretaria de Administração Prisional (Seap).

No ano de 2018, o Colegiado do GMF/MG reuniu-se em oito oportunidades para debater e deliberar sobre assuntos de sua competência, por vezes com a participação de



representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e do Poder Executivo com atuação na segurança pública e administração prisional.

Dentre os principais assuntos debatidos, em reuniões, que resultaram sugestões e deliberação por parte do colegiado do GMF/MG, destacamos:

Em fevereiro de 2018 – Interface com o Poder Executivo para tratar da desativação da Central Integrada de Escolta do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves – CIESP-RN, da situação das unidades prisionais femininas, da deficiência de Servidores no Sistema Socioeducativo, da desativação de Presídios nas comarcas do interior, da superlotação de presídios. Apresentação de Projeto Seção de Inteligência do GMF/MG. Apresentado relatório do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP quanto à inspeção em Estabelecimentos Penais do Estado. Da competência para fiscalização de verbas de prestação pecuniária e problemas relacionados ao cadastramento e liberação de chave de acesso aos Juízes da Execução.

Em abril de 2018 – Tratados assuntos relativos a ameaças a magistrado titular de vara de execuções. Superlotação do CERESP de Betim e interdição parcial da Penitenciária Estevão Pinto. Apresentada sugestão de alteração do normativo que regula a interdição de unidades prisionais, flexibilizando a atuação jurisdicional em casos de emergência. Apresentada sugestão de implementação, no SISCO, de impeditivo de remessa de autos à instância recursal sem a expedição da respectiva guia de execução provisória, nos casos em que tenha sido negado o direito de recorrer em liberdade. Apresentada proposta de criação de grupo de trabalho visando interlocução com o Poder Executivo, objetivando soluções para os problemas do sistema prisional.

Em maio de 2018 – Análise da situação das unidades prisionais. Deliberou-se o envio de Ofício ao Governador do Estado para conhecimento da situação do sistema prisional. Ocupação de vagas ociosas em APAC's. Encaminhamento de correspondências de presos para os Juízes Corregedores. Competência do GMF para publicar resumos de prestação pecuniária.

Em julho de 2018 - Com a presença de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP, foram abordados assuntos relativos ao distensionamento das relações entre os órgãos visando melhorar o diálogo e a busca de soluções. Disponibilização de tornozeleiras eletrônicas pelo Executivo Municipal da comarca de Uberlândia. Manutenção dos repasses de verbas do Estado para as APAC's. Retomada da expansão do PAI-PJ. Criação de vagas no sistema



prisional. Mapeamento de demanda para realização de mutirões de júri de réus presos. Planejamento de mutirões carcerários através do SEEU. Criação da secretaria de plantão do SEEU. Confinamento de presos de facções em unidades específicas para evitar aliciamentos de adeptos. Diminuição do efetivo de agentes prisionais. Interdições de unidades prisionais. Criação dos Núcleos Regionais do Programa Novos Rumos.

Em setembro de 2018 – Situação do Sistema Prisional da Região Metropolitana de BH: baixo contingente de agentes de segurança, redução de vagas de trabalho e estudo no interior das unidades, falta de viaturas para escoltas e emergências, ausência de atendimento médico e jurídico. Sugerida a adoção do “Projeto Construindo a Liberdade”, encaminhado como sugestão aos Juízes da Execução do Estado. Solicitação de criação de ferramenta para bloqueio de remessa de autos, pelo SISCOM, antes de expedida carta de guia provisória. Solicitação de fiscalização da ausência de inclusão de sentenças no sistema RUPE, tendo sido oficiadas a Corregedoria-Geral de Justiça e a Dirfor.

Em setembro de 2018 – Transferência de sentenciados para APAC's com vagas ociosas, em função de acordo firmado entre a SEAP e o Juízo da Comarca de Alfenas. Atraso no repasse dos convênios firmados pelo Estado com as APAC's.

Em reunião outubro de 2018 – Interdição de unidades prisionais. Visitas de inspeção e interdições em centros socioeducativos. Interdição parcial e instauração de procedimento administrativo para apuração de irregularidades no Centro de Internação provisória Dom Bosco, em Belo Horizonte. Criação de banco de Mandado de busca e apreensão de adolescentes. Inserção de guias de execução de medidas socioeducativas no SEEU. Medidas de Segurança. Convênio para aquisição de tornozeleiras eletrônicas na comarca de Uberlândia. Denúncia de irregularidades no Presídio de Sabará. Problemas no sistema penitenciário do Vale do Aço e interdições de unidades prisionais. Implementação de mutirões carcerários a serem efetivados no SEEU. Abertura de contas judiciais para recebimento das verbas de prestação pecuniária.